

Endividamento, a única opção

Da sucursal de
BRASÍLIA

A rentabilidade de 6,11% ao mês oferecida às taxas de desconto das LTN no último leilão do Banco Central não causou impacto aos escalões da área econômica do governo, onde continua firme e disposição de que a colocação líquida de títulos públicos junto ao mercado — que foi de Cr\$ 550 bilhões em 1981 — prosseguirá em 1982. A colocação desses títulos é considerada o principal instrumento de cobertura do déficit do setor estatal e alavanca para manter os juros internos em patamares elevados, de modo a induzir as empresas a captarem empréstimos externos no volume necessário para fechar o balanço de pagamentos.

Este ano, o déficit público, inicialmente estimado em Cr\$ 1,6 trilhão, deverá situar-se em torno de Cr\$ 2 trilhões, com os aumentos autorizados nos orçamentos das grandes empresas estatais, como a Eletrobrás, a Siderbrás e a Petrobrás. Os gastos com os subsídios, especialmente à agricultura e às exportações, deverão consumir outros Cr\$ 2 trilhões.

A alternativa da transferência de recursos do orçamento fiscal para o monetário ajuda, mas não resolve, e, como a carga tributária é reconhecida, pelo próprio governo, como demasiadamente pesada, afasta-se a possibilidade de novos aumentos de impostos, a não ser o adicional que o governo pretende cobrar dos bancos, para reduzir seus lucros extraordinários. Assim mesmo, em termos de receita, o efeito será zero, pois o governo pretende repassar esse

dinheiro às empresas, em forma de redução do seu Imposto de Renda, através do mecanismo de inscrever, como despesa, certa quantia correspondente a encargos financeiros não efetivamente pagos, reduzindo, desse modo, seu lucro tributável.

DÍVIDA OU EMISSÃO

Restam, então, duas formas de se conseguir dinheiro para suprir o déficit público e os subsídios, já que não se pode “queimar” reservas: fazer dívida pública ou emitir dinheiro. E a escolha já foi feita pelo governo: na recente entrevista concedida ao “Estado”, o ministro Delfim Netto declarou que, “no fundo, há um efeito menor quando se subsidia através da dívida do que através da emissão simples da moeda”.

Enquanto fazer dívida pública significa retirar dinheiro do sistema — o governo oferece seus papéis a juros cada vez mais atrativos e os agentes econômicos aplicam seus recursos na compra desses títulos — a emissão direta da moeda produz um efeito contrário, jogando dinheiro no mercado para comprar um mesmo volume de bens, resultando num inevitável aumento nos seus preços, o que provoca o fenômeno inflacionário.

A receita do ministro do Planejamento para a redução da dívida pública, ou sua manutenção num patamar aceitável, é óbvia demais para ser discutida: o nível de investimentos do governo deve diminuir.

Contudo, a experiência dos dois últimos anos, a partir do estabelecimento de controles sobre as estatais, com a criação da Sest, tem demonstra-

do que é muito mais fácil falar em redução do investimento público do que promover efetivamente esse corte.

No início de 1981, os dispêndios globais das empresas estatais foram estabelecidos em Cr\$ 6,4 trilhões, e chegaram ao final do exercício com Cr\$ 8,5 trilhões. Este ano, o orçamento Sest, incluindo bancos e transferências de recursos monetários, soma Cr\$ 19,5 trilhões, mas uma semana após a sua aprovação começaram as alterações, para mais, beneficiando as empresas politicamente bem situadas dentro do aparelho governamental.

Passados três meses de vigência do orçamento das estatais, as alterações aprovadas já somam perto de Cr\$ 500 bilhões, e a expectativa da Sest é de que, no decorrer do exercício financeiro, novas autorizações de acréscimos serão dadas pelo governo, não se sabendo ao certo qual será, em dezembro, o montante efetivo do orçamento das empresas do governo.

Em relação aos subsídios, entre os técnicos dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento é grande a preocupação com o aumento crescente desses incentivos concedidos às exportações. A impressão — dizem esses técnicos — é que, dentro de mais dois anos, se for mantido o ritmo atual, os subsídios à exportação se igualarão aos subsídios dados à agricultura. E o que é pior: com a sua concessão através dos anos, ele se acabará transformando em “direito adquirido” para o setor exportador, sendo politicamente impossível retirá-lo ou reduzi-lo, mais tarde, como aconteceu com a agricultura.